



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**24**

*Discurso na cerimônia de lançamento do Pronaf-Rotativo do Banco do Brasil S/A e assinatura de protocolo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento para a implantação e desenvolvimento do sistema unificado de atenção à saúde animal e vegetal*

**PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 7 DE AGOSTO DE 1997**

*Senhor Ministro Arlindo Porto, da Agricultura; Clóvis Carvalho; Senhor Governador do Rio Grande, Antonio Britto; Senhor Governador do Piauí, Francisco Moraes; Senhores Senadores, Deputados; Senhor Presidente do Banco do Brasil, Dr. Ximenes; da Caixa Econômica, Dr. Cutolo; Senhores Secretários de Estado; Senhores produtores rurais; Senhoras e Senhores,*

Apraz-me assistir, mais uma vez, a uma cerimônia aqui, que marca, de maneira muito significativa, o sentido que nós estamos imprimindo a este governo. Há pouco, antes de descer, eu via na telinha que o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias dizia que a indústria brasileira cresceu 10% no primeiro semestre. E, mais, que houve um deslocamento dos eixos de crescimento, que o crescimento agora está sendo puxado pelo setor de bens de capital, pelo setor da construção civil e por outros setores desse tipo, que indicam decisões de investimentos de mais longo prazo.

Ainda ontem, ao assistir a uma cerimônia na qual nós firmávamos o contrato de concessão de uma zona do Brasil, a chamada Banda B da telefonia celular, eu chamava a atenção para o que quero repetir hoje:

isso acontece porque nós temos estabilidade econômica, só foi possível porque o Brasil tomou o rumo do controle da inflação. E isso, por consequência, porque, no Brasil, não só o Governo Federal, mas os governos dos estados também e as prefeituras sabem hoje que há austeridade com gasto público, competência na gestão pública ou este país não consegue levar adiante as suas potencialidades, que são imensas. Hoje o Governo sabe disso. É por isso que nós podemos começar a mudar a face das políticas públicas.

Hoje me apraz estar aqui porque este ato tem um sentido simbólico: mostra, mais uma vez, que a estabilização da economia tem objetivo social direto e que laboram em profundo erro os que pensam que o Governo só se preocupa com a moeda – como se a moeda não fosse fundamental para o social, para o bem-estar da população, para o trabalhador. Nós estamos assistindo, agora, a um passo a mais na direção daquilo que será o nosso futuro: atender, sobretudo, aqueles que nunca foram atendidos pelos governos. E aqui o Banco do Brasil e a Caixa Econômica são exemplos de instituições – e não são os únicos; poderia me referir ao BNDES, ao Banco do Nordeste também –, exemplos de instituições financeiras do Governo Federal que mudaram o modo pelo qual elas atuam, para poderem atender não só aos grandes e poderosos, mas também à massa dos milhões de brasileiros que necessitam de um apoio para suas atividades produtivas ou, no caso da Caixa, para suas habitações.

Também faz pouco tempo assisti à assinatura do centésimo milésimo contrato da concessão de carta de crédito para a casa própria. E nós hoje estamos assinando entre 500 a 700 contratos, por dia, de aquisição de casa própria. Por quê? Porque a caixa também mudou o seu sistema para poder atender, na capilaridade de que ela dispõe hoje, àquele que nunca podia ser atendido porque a Caixa só fazia empréstimos, no passado, às grandes empreiteiras, que empurravam casas que ninguém queria; e depois faliam e não pagavam à própria Caixa.

Agora é o Banco do Brasil. Aqui há parlamentares que são testemunhas e partícipes de uma longa luta. Nós encontramos, desde quando eu fui Ministro da Fazenda, a situação da agricultura absolutamente desor-

ganizada, por culpa da inflação e dos empréstimos abusivos, que não eram pagos por aqueles que os tornavam no Banco do Brasil a taxa de juros subsidiada. Nós acabamos com isso quando acabamos com a inflação. Hoje, todos sabemos que a inflação está anualizada em 5%. E nós começamos a reorganizar o crédito. Primeiro, a securitização das dívidas, que muito nos custou – e aqui estão alguns, e outros na platéia, dos que mais ajudaram a que o Governo entendesse, e a sociedade também, que era preciso securitizar a dívida, porque não pagavam porque não podiam pagar, por causa das altas taxas de juros. Reorganizamos isso.

O Banco do Brasil, sob a direção do Dr. Ximenes, tem tido comportamento exemplar, mostrando ao País que essa instituição pode ser, outra vez, uma instituição confiável, como é. No ano passado, nós colocamos quase 8 bilhões de reais nos ativos do Banco do Brasil, para tê-lo saneado e para que ele possa, como vai fazer no futuro, cumprir as suas funções efetivas de um banco que está ajudando o desenvolvimento, e não só a agricultura.

Pois bem, houve muita reclamação quando nós iniciamos o Pronaf. O Pronaf foi iniciado com muita pressão da Contag, pressão correta. Nós apoiamos e, no começo, tivemos dificuldade de formular o programa de modo que ele pudesse chegar àqueles que precisam. Quantas e quantas queixas o Ministro da Agricultura ouviu e me trouxe; e mesmo o Ministro anterior, Andrade Vieira. E quantas vezes conversamos com o Dr. Ximenes, com a diretoria do Banco do Brasil, com o Dr. Ricardo Conceição, com o Dr. Murilo para ver o que fazer. Pois bem, agora a coisa começa a rolar. Aqui nós assinamos seis contratos. Eu ouvi aqui um murmúrio de que o Ministro Brito também quer entrar no Pronaf. Levou tempo para que nós pudéssemos entender de que maneira se pode chegar àqueles que precisam de um empréstimo pequeno e não têm condições de estarem indo ao banco a toda hora.

Agora, os senhores são os seis primeiros que vêm aqui, não vão precisar vir ao Palácio a toda hora. Se quiserem, voltem. Mas, eu não tenho o dinheiro, quem tem é o Banco do Brasil. De toda forma, é uma vez a cada cinco anos, porque esse contrato é um crédito rotativo. Não vou repetir os números que o Ministro Arlindo Porto já mostrou aqui

quais são, mas já começam a ser impressionantes. Começam a ser impressionantes tanto em termos do valor global do empréstimo quanto em termos do número de contratos que são atendidos. E o Ministro chamou a atenção muito bem, que não se trata apenas do custeio: de investimento também.

É uma novidade que as prefeituras vão dispor de recursos para aquelas áreas da pequena agricultura familiar, para que possam ser atendidas pelo poder público local.

Ilude-se quem pensar que no Brasil as questões se resolvem só com *agrobusiness*. Em um país como o nosso, com milhões de pessoas no campo, que vão continuar por muito tempo trabalhando no campo, é preciso que haja compreensão desse processo e de que não será possível, pura e simplesmente, pensar em termos da capacidade produtiva da grande agricultura, que é enorme – vai continuar ser, precisa ser, será apoiada –, mas não vai resolver a necessidade de milhões de trabalhadores brasileiros e de famílias que vivem do trabalho familiar, com um ou dois empregados, no campo.

O Pronaf é para isso. Não vai haver reforma agrária digna desse nome sem Pronaf. As coisas se complementam. Não adianta simplesmente tomar terras. Eu já tenho desapropriado terra como nunca nenhum Presidente da República na história do Brasil. Eu desaproprio terras diariamente e o faço com consciência da importância do que está sendo feito, mas também com a consciência de que isso não vai resolver. Se não tivermos uma agricultura familiar ativa, não adianta assentar. Os assentamentos vão se transformar, pura e simplesmente, numa clientela rural do Estado, que vai continuar sendo paga pelo Governo pelos tempos afora, sem que haja uma possibilidade de as pessoas terem aquilo que elas querem, a sua emancipação como produtores – portanto, sem um cidadania plena. O Pronaf é que pode garantir essa cidadania plena.

Há que acoplar os processos de assentamento aos processos de apoio à agricultura familiar, ao pequeno agricultor. Nada disso será feito do dia para a noite, é impossível, mas está sendo feito como nunca no Brasil. E, hoje, o Ministro Arlindo Porto, que tem sido um ministro muito competente e capaz de atender às demandas nos vários níveis da

agricultura brasileira, desde o grande produtor até o pequeno, dizia há pouco que a taxa de juros era, no caso do Pronaf, de 6,5%. Como a inflação está a 5%, isso significa um juro real de 1,5%. E mesmo quando se dissesse 9,5%, com a inflação a 5% o juro é de 4,5%. Isso só é possível porque a economia está estabilizada. E, para que nós possamos baixar mais a taxa de juros, para que tenhamos uma capacidade ainda maior de investimento e uma previsibilidade maior do nosso futuro, falta ainda – e não podem pedir mais ao Governo, se isso não for feito – a reforma da previdência e a reforma administrativa.

Aqui há governadores, deve haver prefeitos. Sabem que nós não temos mais condições de fazer ajuste nenhum – porque tudo já foi feito – se não nos for dada uma reforma administrativa que dê maior flexibilidade à administração e se não for feita uma reforma da previdência que permita, efetivamente, garantir as aposentadorias do futuro e acabar com essas enormes aposentadorias, que estão tirando recursos que seriam para aqueles que vão precisar cada vez mais no futuro; e para que nós possamos melhorar a aposentadoria, que é muito pequena, da imensa maioria que é sugada pelos gastos feitos com as grandes aposentadorias precoces. É preciso ter coragem e dizer: o País quer assim. E votar assim.

O Congresso precisa dar ao País mais este passo. Tem dado muitos. Mas, sem reforma administrativa e sem reforma da previdência, nós não teremos condições de continuar baixando taxa de juros e tendo maiores recursos para o investimento. É preciso entender isso. É elemental. Se não se entender isso, então se estará, realmente, traindo o futuro do povo brasileiro. E há muita gente que não entendeu ainda. E há muita demagogia que não permite ver que, sem essas reformas, nós não temos mais como avançar: Chegamos ao nosso limite.

Isso não significa que eu vá desanimar. Vou continuar lutando. Tenho certeza de que o Parlamento também vai continuar lutando, como os que estão aqui estão lutando. É preciso, porque nós precisamos continuar avançando na direção dessas grandes transformações pelas quais o Brasil vem passando, e precisa passar com mais energia. E é essencial que nós possamos manter o controle da inflação e que nós mantenhamos os nossos orçamentos enxutos, que tenhamos mais recursos para o

investimento e que possamos continuar baixando a taxa de juros; e que nós fiquemos mais à vontade no ajuste das nossas contas externas. E tudo isso depende dessas duas reformas e de outras que virão depois dessas duas, porque elas são, mesmo que aprovadas na sua forma mais completa, ainda tímidas, diante do que o Brasil necessita.

Daqui por diante, não terei mais outro caminho senão o de explicar – e o farei com paciência, como sempre fiz – ao Brasil quem são os responsáveis, se nós não pudermos avançar mais. São os demagogos. São os que não têm a coragem de tomar as medidas necessárias para que nós possamos ter, como estamos tendo hoje, consequências positivas para os que realmente precisam, que são os produtores, são os pequenos, são os pobres, são as famílias desassistidas. Não são os que fazem barulho ao redor desse quadrilátero da Esplanada, porque esses não são os que estão na miséria; os outros é que estão ainda na miséria.

E nós não temos mais, moralmente, a condição de manter um país que tem tanta desigualdade. Nós não temos mais por que aceitar que haja miséria no Brasil. Nós já somos um país suficientemente rico para tomarmos as medidas necessárias para que haja maior igualdade. Igualdade não se faz com discurso: faz-se tomando decisões concretas, que levem à transformação da sociedade.

Mas me permita, senhor Ministro, que tenha agregado essa dimensão. É porque nós estamos sentindo os primeiros efeitos de uma política séria de saneamento, de estabilização, de competência, e não de leniência nem de demagogia. Se os primeiros efeitos são esses, que são visíveis, e se vê que as coisas melhoram, começam a andar, por que é que nós não vamos ter a audácia, a coragem de iniciativas que nos permitam andar mais depressa e que nos permitam atender a mais gente?

Essas assinaturas de hoje nos motivam para querer mais e pedir mais. E aproveito para pedir aos parlamentares que aqui estão que transmitam aos seus companheiros – eu sei que eles pensam da mesma maneira –, mas que transmitam com força, com entusiasmo, que o Brasil depende de nós. Depende de nós e depende de aprofundarmos o nosso conhecimento muitas vezes. E, erros havendo, que se corrijam os erros. Mas nós temos, diante desta gente que aqui está, dos produtores

que aqui estão, a responsabilidade moral de fazer o que é necessário. Porque esses conseguiram, Ministro. E quantos ainda não conseguiram? Nós vamos precisar olhar os que ainda não conseguiram e, para isso, vamos precisar de ter um sistema administrativo muito mais competente, muito mais enxuto e com muito mais capacidade de bem utilizar o dinheiro que, no fundo, é do povo, que é o dinheiro dos impostos.

Mas, dito isso, quero terminar felicitando-os muito vivamente, primeiro, aos que são os primeiros beneficiários desse BB Rotativo, ao Ministro e aos seus colaboradores todos, aos presidentes das instituições e, muito especialmente, ao Banco do Brasil – Banco do Brasil que, é preciso que se diga, está se renovando e tem um conjunto de funcionários dedicados, e não podemos deixar de reconhecer que, sem a ação competente dos funcionários, nada acontece, tampouco. Nada acontece, tampouco. Seria um falso dilema imaginar que é possível mudar as coisas simplesmente com idéias luminosas. Mudam-se as coisas com trabalho anônimo.

Quero agradecer, primeiro, àqueles – espero que sejam mesmo 600 mil – anônimos, aos milhares de funcionários das instituições financeiras que estão envolvidos nesse programa e que eu não conheço por nome, mas sei que, sem a dedicação deles, a competência dos dirigentes não teria o efeito que está tendo e que é muito grande.

Muito obrigado.